

AGRICULTURA FAMILIAR E PREVIDÊNCIA SOCIAL: IMPLICAÇÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL*

Nádia Velleda Caldas; Flávio Sacco dos Anjos; Antônio Jorge Amaral Bezerra

RESUMO

O propósito deste estudo é analisar, empiricamente, como a previdência social rural influencia a dinâmica da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul, tendo como base uma pesquisa realizada entre 2003 e 2004, havendo sido aplicados questionários estruturados em 238 estabelecimentos rurais. Os resultados indicam a enorme importância desta política pública para a reprodução social das famílias rurais, particularmente entre os pequenos proprietários. A hipótese que aponta o papel da previdência no financiamento indireto da agricultura foi igualmente confirmada, especialmente naquelas regiões onde as famílias contam com reduzidas oportunidades de emprego e renda.

Palavras-chave: seguridade social; campesinato; pobreza rural.

FAMILY FARMING AND SOCIAL SECURITY: IMPLICATIONS OF A POLICY IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL.

ABSTRACT

The purpose of this study is to empirically analyze how the social security affects the dynamic of family farming in the state of Rio Grande do Sul. A database was formed based on 238 questionnaires applied between 2003 and 2004. The main results point toward a confirmation of the hypothesis about the importance of social security in maintenance the material reproduction among family farm, especially among small farms. The hypothesis on the importance of the social security to finance the agriculture in family farms has been also confirmed, especially in regions where there are limited economic opportunities to the rural population.

Key words: social security; peasantry; rural poverty.

Nádia Velleda Caldas. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas, Professora do DCSA/FAEM/UFPel,; velleda.nadia@gmail.com

Flávio Sacco dos Anjos. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas; Professor do DCSA/FAEM/UFPel, Pesquisador II do CNPq. saccodosanjos@gmail.com

Antônio Jorge Amaral Bezerra. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas, Professor do DCSA/FAEM/UFPel, CP 354, Pelotas/RS,; ajabez@ufpel.edu.br

*Texto apresentado no III Encontro da Rede de Estudos Rurais que aconteceu em Campina Grande, em 2008.

INTRODUÇÃO

Uma análise retrospectiva sobre os vinte anos da promulgação da constituição brasileira demonstra que as opiniões de analistas políticos e cientistas sociais se dividem quanto aos avanços que a nova carta magna foi capaz de engendrar na perspectiva da redução das desigualdades e dos desequilíbrios regionais. Todavia, há certo consenso quando a discussão recai sobre o tema da previdência social rural e de seus desdobramentos. O marco fundamental das mudanças coincide com o surgimento das leis 8.212 e 8.213 que instituem a condição de “segurado especial” aos trabalhadores e produtores rurais que atuam individualmente ou em regime de economia familiar, entendida aqui como inexistência de contratação de mão-de-obra permanente ou eventual.

Não se trata da simples concessão de um benefício a uma parcela da população acostumada às vicissitudes de uma atividade profissional pouco reconhecida pela sociedade e permanentemente refém dos caprichos da natureza, mas do resgate de uma das grandes dívidas que historicamente o país contraiu ao renunciar ao compromisso de empreender mudanças estruturais absolutamente imprescindíveis. Os benefícios pagos à clientela rural representam, como indicam certos estudos, não apenas a manutenção do agricultor ou da agricultora, mas um mecanismo de sustentação material de outros membros da família que momentânea ou permanentemente encontram-se na condição de desempregados e/ou subempregados, assim como de jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho. Por outra parte, estudos recentes (BALSADI, 2005) dão conta de que, apenas no período compreendido entre 1999 a 2003, foram destruídos 963 mil empregos no setor agropecuário, dado que expressa a dimensão das transformações que atravessam o campo brasileiro nesse começo de milênio no que afeta à ocupação da população rural. Seguramente é esta uma das formas através das quais é possível entender o crescimento do que genericamente poder-se-ia chamar de “novos atores

sociais” no campo brasileiro. Este entendimento compõe parte das conclusões apontadas pelo Projeto Rurbano, cujas pesquisas trazem à tona a existência de novas dinâmicas que atravessam, desde o final dos anos 1980, os espaços rurais e as regiões não-metropolitanas de nosso território.

Entre outros aspectos, é destacado o papel que desempenham as rendas e atividades não-agrícolas, não só para a permanência da população no campo (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000; DEL GROSSI, 1999), mas, sobretudo, para a viabilização de amplos setores da agricultura familiar. O elemento novo que aportam alguns destes estudos, e que suscita um interessante debate entre os estudiosos, prende-se à discussão sobre uma outra questão, qual seja, a de que num contexto geral em que se reduziram os apoios gerais à agricultura, em meio ao fim do crédito rural subsidiado, houve também a abertura da economia ao ingresso de produtos importados e um escasso apoio ao setor familiar da agricultura nacional. Diante dessa conjuntura, os chamados recursos previdenciários estariam assumindo o papel de ‘seguro-agrícola’ ante a reiterada instabilidade dos mercados e a precariedade das políticas de apoio às atividades agrícolas. É esta a conclusão essencial formulada em estudos como os de Delgado e Cardoso Jr. (1999 e 2000) e Caldas e Sacco dos Anjos (2004). Concretamente, eles indicam que os benefícios previdenciários estariam, indiretamente, financiando as atividades produtivas em lugar de servirem, como dever-se-ia esperar, de instrumento exclusivo da sobrevivência dos indivíduos e de seus familiares. Do mesmo modo, estudos como o de David (1999) ressaltam o papel da previdência social rural enquanto instrumento de combate à pobreza rural.

Se esta é uma assertiva inquestionável, as opiniões se dividem em torno da questão do seguro agrícola formulada por Delgado e Cardoso Jr. Outrossim (1999 e 2000), apesar da importância intrínseca destes estudos, as análises realizadas usualmente privilegiam a dimensão estritamente estrutural e macro do tema em apreço, desprestigiando, em sua grande maioria, uma abordagem a partir da óptica

dos próprios atores sociais envolvidos. Se admitimos como válida esta hipótese, quais seriam as condições e circunstâncias que empurram os produtores a darem esse tipo de destinação aos recursos previdenciários? De modo igual, vale perguntar: há estratos específicos da agricultura familiar em que essa tendência é recorrente, como no caso de explorações que, devido a handicaps naturais, não conseguem acessar o crédito rural oficial? Estamos diante de questões absolutamente transcendentais. Difundi-se entre os meios intelectuais e políticos a tese da reforma do sistema previdenciário e há indícios claros de que podem ser introduzidas modificações no marco legal, retirando a condição de “segurado especial” aos agricultores familiares¹ e trabalhadores rurais. A tese da universalização dos direitos sociais cederia passo a outros objetivos orientados a defender o império do ajuste fiscal e das contas públicas. No momento em que se insurge um novo ciclo de reformas, torna-se ainda mais relevante examinar a real dimensão da previdência social rural.

O objetivo geral da pesquisa foi o de examinar a dinâmica da agricultura familiar com ênfase no papel das atividades e rendas agrícolas e não-agrícolas. O que aqui examinaremos é uma pequena parcela dos dados, particularmente no que toca, como dissemos, ao tema da previdência social rural. Nesse contexto, indagamo-nos: qual a real transcendência dos benefícios previdenciários em cada uma das regiões de estudo? As condições locais em que opera a dinâmica da agricultura familiar regional afetam o nível de protagonismo de aposentadorias e pensões para a reprodução social destas famílias? As atividades agropecuárias estão sendo indiretamente financiadas por aposentadorias e pensões, tal como

sugerem alguns estudos aqui referidos? São estas as grandes questões a serem exploradas nesse artigo.

O estudo aqui apresentado parte dos dados gerados por pesquisa interinstitucional intitulada “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Plurialidade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul²”, conduzida pelos Programas de Pós-graduação em Agronomia da UFPel e de Desenvolvimento Rural da UFRGS, a qual contou com o financiamento do CNPq e FAPERGS. Trata-se de uma investigação levada a efeito em quatro zonas do território gaúcho, relativas às microrregiões de Pelotas (extremo sul), Caxias do Sul (serra gaúcha), Cerro Largo (fronteira com Argentina) e Alto Uruguai (fronteira norte com Santa Catarina). No Estado do Rio Grande do Sul, nosso universo amostral correspondeu a cerca de 2.500 estabelecimentos rurais. Mas apesar de identificarem-se plenamente com a hegemonia da agricultura familiar enquanto forma social de produção, as quatro microrregiões são portadoras de diferenças substanciais do ponto de vista da dinâmica territorial de desenvolvimento dominante. Em cada uma das delas foi escolhido um município representativo dessa mesma dinâmica, de cujo universo de estabelecimentos existentes foi extraída uma amostra de aproximadamente 9 a 10% das explorações. Este procedimento resultou num total de 238 estabelecimentos investigados, cujos titulares e/ou pessoas de referência, foram submetidos à aplicação de um questionário estruturado, o qual resultou na montagem de um banco de dados (formato SPSS) com aproximadamente 1.300 variáveis.

Há que esclarecer, todavia, mais alguns pressupostos metodológicos que determinaram a definição de nossa unidade amostral. O estudo elegeu a ag-

1. Segurados especiais são assim considerados os produtores rurais (proprietários, parceiros, meeiros, arrendatários e comodatários) e pescadores artesanais, que trabalham individualmente ou em regime de economia familiar sem empregados. Quando o regime é de economia familiar, enquadram-se como segurados especiais os cônjuges (marido e mulher) e os filhos maiores de 14 anos não emancipados que comprovadamente trabalham com o grupo familiar. A contribuição ao sistema ocorre através de um desconto de 2,3% na comercialização dos produtos agropecuários.

2. Doravante será aqui referida como Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2004.

ricultura familiar como categoria de análise, e, diante dessa opção, surgem certas dificuldades operacionais do ponto de vista da definição do universo amostral. Tradicionalmente, quando se fala de agricultura familiar e de outras categorias correlatas (colono, pequeno produtor, produtor de baixa renda, agricultor de subsistência, etc.), aparecem associadas quatro dimensões fundamentais, quais sejam: a unidade de produção (o estabelecimento rural onde se pratica alguma exploração animal, vegetal ou de transformação agroindustrial), o grupo doméstico (conjunto de pessoas que compartilham laços de parentesco e consangüinidade e um mesmo espaço vital, podendo a ele pertencer outros membros não consangüíneos), a unidade de residência (a morada), e, finalmente, a unidade de consumo (uma família que produz e trabalha em regime de economia familiar com vistas a viabilizar o sustento material de todo o grupo).

Nesse sentido, coincidimos com Carneiro no entendimento de que

[...] a família agrícola integra uma variedade de relações sociais que, geralmente, não são levadas em conta nas análises. Nestes termos, cabe chamar a atenção para a especificidade estruturante da unidade de produção familiar. Trata-se da inter-relação entre os domínios do parentesco e do trabalho. É dessa inter-relação que resultam os princípios que orientam as relações sociais e que, ao serem identificados, permitem apreender a lógica de atuação dos indivíduos seja na unidade familiar ou na de produção. (CARNEIRO, 2000, p. 155)

Além desses elementos conceituais, acrescentam-se outros quatro aspectos operacionais, os quais ajudaram a discernir situações duvidosas na pesquisa de campo. Assim, na composição do universo amostral, orientamo-nos com base em outros pres-

supostos no que toca à situação das famílias rurais investigadas. Nosso marco referencial prende-se às situações em que não houve contratação de trabalho externo em proporção que superasse ao fornecido pela própria família ao longo do ano agrícola 2001-2002. Consideramos como agricultura familiar as situações em que houvesse o desenvolvimento de alguma atividade agrícola comercial no estabelecimento. Em relação ao tamanho da propriedade decidiu-se descartar as unidades de produção que excedessem a 4 módulos fiscais³. Outros sim, integraram a amostra os grupos domésticos em que viviam exclusivamente aposentados rurais. Mas nesse caso haveria que existir pelo menos a produção para seu o autoconsumo familiar ou que houvesse sido desenvolvido algum tipo de venda de produtos ou execução de outras atividades agrícolas ou não-agrícolas na geração de receitas ao longo do ano agrícola 2002. O método para amostragem utilizado nos estudos de caso do projeto de pesquisa foi o da “amostragem sistemática por comunidade”, que é considerada uma pesquisa amostral não-probabilística. Neste tipo de pesquisa, o erro amostral pode ser aproximado ao da amostragem aleatória simples. Paralelamente, efetuamos a coleta de dados a respeito dos benefícios concedidos às pessoas residentes nas quatro microrregiões estudadas junto às Gerências Regionais do Instituto Nacional de Seguridade Social. A atenção estava posta na identificação do tipo e valor dos benefícios recebidos durante o período correspondente ao ano agrícola. Realizamos também entrevistas com beneficiários da seguridade social, visando investigar sobre outros aspectos atinentes à destinação efetiva dos recursos.

A primazia concedida a esta perspectiva micro-analítica decorre do reconhecimento da especificidade da agricultura familiar enquanto forma social de produção. Ela é portadora de uma dinâmica de funcionamento e de uma racionalidade peculiar que

3. O módulo fiscal é definido no Estatuto da Terra (Lei nº 4504 de 30-11-64). Resumidamente podemos defini-lo como uma porção de terra capaz de garantir a sustentação material de um agricultor e de sua família, variando suas dimensões acordo com a região e tipo de exploração.

orienta suas escolhas frente ao universo mais amplo em que se acha inserida. A previdência social representa, na atual conjuntura, um elemento decisivo a guiar as estratégias por parte dos indivíduos e da família enquanto ator social coletivo, não apenas subordinadas às circunstâncias imediatas, mas do que acertadamente Wanderley define como sendo o “horizonte das gerações”. De outro modo poder-se-ia dizer que:

Combinando os recursos que dispõe na unidade de produção com aqueles a que pode ter acesso fora do estabelecimento - em geral, atividades complementares, temporárias e intermitentes - a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes (WANDERLEY, 1996, p.29).

São estes os grandes traços que definem o referencial sobre o qual desenvolveu-se esta pesquisa. Analisemos agora o contexto empírico da investigação e as características fundamentais da agricultura familiar nas quatro grandes áreas estudadas.

1. O CONTEXTO DA PESQUISA

Tabela 1 – Produto Interno Bruto, PIB per capita, IDH e outros indicadores referentes aos estudos de caso da Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2004.

Indicadores	Morro Redondo	Veranópolis	Salvador das Missões	Três Palmeiras
PIB Municipal (2001) em mil R\$	60.800,7	263.078,3	34.951,3	33.405,7
PIB per capita em R\$	10.195	13.365	13.154	7.307
IDH Municipal (2000)	0,770	0,850	0,813	0,767
Valor bruto da agropec. em mil R\$	5.952,4	13.761,4	5.690,0	6.575,0
População total	5.998	19.460	2.665	4.620
População rural	3.847	3.449	1.815	2.900
Nº total de estabelecimentos (IBGE)	745	683	608	740
Área média dos estabelecimentos	22,79	23,19	14,11	19,66
Nº de explorações familiares*	713	659	597	724
Nº explorações pesquisadas	62	59	58	59

(*) Segundo critérios adotados pelo INCRA/SADE (2004)

Fonte: Censo Agropecuário 95-96, Censo Demográfico 2000 (IBGE); Estatísticas FEE.

No reduzido espaço que aqui dispomos, buscar-se-á elencar algumas das características fundamentais dos estudos de caso que fizeram parte desta pesquisa. Esta abordagem, necessariamente esquemática e limitada, permite antever alguns dos aspectos subjacentes ao tema da previdência social rural do ponto de vista das grandes questões formuladas no problema de pesquisa anteriormente referido. Na Tab. 1 há algumas informações gerais referentes aos municípios investigados, as quais serão comentadas respectivamente para cada um dos estudos de caso.

1.1. MORRO REDONDO E MICRORREGIÃO DE PELOTAS

Morro Redondo é uma localidade situada na microrregião de Pelotas, fazendo parte do que é também definido como “Serra dos Tapes”. Trata-se de um município marcado, sobretudo, pelos traços da imigração alemã e italiana iniciada na segunda metade do século XIX. A agricultura representa o setor econômico mais importante e as poucas indústrias existentes acham-se vinculadas ao ramo da alimentação, especialmente ao pêssego que, indisc-

utivelmente, é a principal atividade produtiva desta localidade que possui o segundo Produto Interno Bruto a preços de mercado (FEE, 2001) dentre os quatro estudos de caso. Entretanto, quando analisamos o PIB per capita, Morro Redondo cai para o penúltimo posto, situação que se repete quando examinamos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A leitura de paisagem que desenvolvemos no marco dessa pesquisa revelou um cenário em que a crise de perspectivas aparece bastante evidenciada no discurso dos entrevistados. A fruticultura de clima temperado, com ênfase no pêssego, atravessa a queda nos preços pagos pelas indústrias, situação esta que se arrasta ao longo das três últimas décadas, agravada ainda mais pela elevação nos custos de produção dos pomares. A cultura do fumo tem ampliado o número de produtores integrados às empresas em face da escassez de alternativas econômicas para as famílias rurais.

O quadro geral é bastante preocupante na medida em que não são poucas as comunidades de Morro Redondo que, dia após dia, transformam-se em bairros rurais de uma população empobrecida e que depende essencialmente dos recursos previdenciários e de ajudas governamentais. Trata-se, portanto, de uma agricultura familiar que, no contexto mais amplo, enfrenta um cenário de crise de expectativas e estagnação. Dos 5.998 habitantes de Morro Redondo, 64,1% residem no perímetro rural. A área média dos 745 estabelecimentos rurais identificados no censo agropecuário do IBGE (1995/1996) é de 22,79 hectares. Nada menos que 55,7% deles possuem até 20 hectares, sendo 713 considerados como familiares, segundo os critérios do INCRA/SADE (2004). Além disso, como informa a mesma fonte, o valor bruto total da produção é de R\$ 5.952.000,00, sendo que 79,2% é gerado no âmbito da agricultura familiar. Em Morro Redondo foram entrevistados 62 estabelecimentos, ou seja, aproximadamente 9% do universo de explorações familiares existentes no município. Os aspectos

gerais de Morro Redondo são representativos de outras localidades da Microrregião de Pelotas, particularmente os que se situam na região serrana de Canguçu, São Lourenço e Pelotas.

1.2. VERANÓPOLIS E A MICRORREGIÃO DE CAXIAS DO SUL

Veranópolis, indiscutivelmente, se destaca como o município com maior desenvolvimento humano entre os quatro estudados. Conhecido nacionalmente como a “capital da longevidade”, situa-se na serra gaúcha e possui uma economia bastante diversificada e dinâmica. As atividades industriais, particularmente as do ramo de calçados, metalurgia e alimentos, favorecem a manutenção de um tecido produtivo consideravelmente denso, responsável pela ocupação de um grande número de trabalhadores procedentes, inclusive, de outros municípios.

Ainda assim, boa parte da mão de obra é formada pelos chamados “colonos-operários”⁴, os quais alternam a jornada de trabalho nas fábricas com as atividades agropecuárias em seus próprios estabelecimentos. Na agricultura a produção animal (avícola, suínica e pecuária leiteira) e a vitivinicultura sobressaem como atividades de grande expressão econômica e social. São estas algumas das razões que explicam o fato do produto interno bruto (PIB) desta localidade ser duas vezes superior à soma dos três outros municípios pesquisados. Esta diferença faz-se igualmente notar à luz dos indicadores de desenvolvimento humano. Veranópolis apresenta o mais alto IDH dentre os municípios investigados. Dos 19.460 habitantes contabilizados no último censo demográfico, 17,7% vivem no perímetro rural. Há, não obstante, um outro aspecto que se impõe, fazendo com que esse dado tenha de ser visto com uma certa cautela.

Ele diz respeito ao fato de que as condições de infraestrutura desta localidade fazem com que em

4. Sobre este tema, ver especialmente Seyferth (1974); Sacco dos Anjos (1995 e 2003); Schneider (1999).

muitas partes do município as diferenças entre o ambiente urbano e rural sejam quase que imperceptíveis. Há comunidades rurais, por exemplo, que contam com serviço de iluminação pública e estradas asfaltadas. Boa parte dessa população é empregada em fábricas de calçados e metalúrgicas. Mas estar empregado em indústrias não implica ruptura em relação ao ambiente rural, posto que muitos destes trabalhadores seguem ali residindo. É por essa e outras razões que Veranópolis é considerada como um exemplo típico do padrão “Terceira Itália” ou da chamada “industrialização difusa” descrita em estudos como os de Saraceno (1994 e 1994a).

De acordo com o IBGE (1995/1996), há 683 estabelecimentos rurais em Veranópolis, dos quais, 51,1% têm menos de 20 hectares. A área média, como indica a Tab.1, é 23,19 hectares. Segundo os critérios do INCRA/SADE (2004), 659 estabelecimentos (96,5% do total) são classificados como unidades familiares de produção. Deste montante extraiu-se uma amostra de 59 estabelecimentos rurais de agricultores familiares (aproximadamente 9% do total) que foram submetidos à aplicação do questionário estruturado. O valor bruto da produção agropecuária, como mostra a Tab.1, ascende a R\$ 13.761.000,00, sendo que 90,4 % é gerado no âmbito da agricultura familiar.

1.3. SALVADOR DAS MISSÕES E A MICRORREGIÃO DE CERRO LARGO

Inserido na região missioneira gaúcha, na fronteira com a República Argentina, Salvador das Missões é um município influenciado pelos traços da cultura guaraníca, cuja história recente é marcada pelo assentamento de imigrantes alemães ocorrido no começo do século XX. Desde 1902, data de chegada dos primeiros moradores ao noroeste gaúcho, até a completa implantação das comunidades, foi sendo forjado um estilo de vida identificado com os mesmos traços da colonização germânica operada em outros rincões da geografia

do Brasil meridional. A colônia, enquanto espaço de produção e reprodução social, e a “stadtplatz” (vila) como locus das atividades econômicas, sociais e sede administrativa (SEYFERTH, 1974).

A Microrregião de Cerro Largo, como de resto o noroeste riograndense, passou por diversas fases, sendo a primeira correspondente à instalação, compreendendo a derrubada de florestas nativas e abertura de áreas para cultivo. A suinocultura foi a base econômica no espaço de tempo compreendido entre as décadas de 1950 a 1980, mantendo-se como alternativa de renda para um reduzido número de propriedades na atual conjuntura. O período compreendido entre 1970 e 1985 evidencia uma etapa caracterizada pela “revolução verde”, no qual dá-se a ênfase na mecanização agrícola e quimificação dos processos produtivos via expansão da exploração comercial de cereais. Este momento é marcado, entre outros aspectos, pela consolidação do “binômio trigo-soja”, haja vista a vocação natural dos solos para implantação de lavouras mecanizadas. Nas atuais circunstâncias as atividades agropecuárias representam, indiscutivelmente, o fulcro da matriz econômica e produtiva desta localidade, com ênfase nas culturas de soja, trigo, milho e sorgo, ao lado da produção leiteira, que vem recebendo incentivos e fomento por parte do poder público municipal.

O fato a ser destacado é que, desde o chamado “boom da soja”, houve transformações profundas na fisionomia da região, sendo Salvador das Missões mais um exemplo emblemático dos efeitos da especialização produtiva no que afeta à expulsão reiterada da força de trabalho das explorações familiares. Na atual conjuntura, os fluxos migratórios para outras regiões do Estado e do país arrefeceram em decorrência do reconhecimento, por parte dos agricultores, de que os destinos tradicionais para os expulsos do campo, mormente grandes cidades e capitais, reduziram enormemente sua capacidade de absorvê-los enquanto força de trabalho industrial.

Trata-se de um município jovem, emancipado há pouco mais de dez anos de Cerro Largo, possuindo apenas 2.665 habitantes, dos quais 68% são

considerados como rurais. Esta localidade conta com um dos mais altos índices de alfabetização do Estado do Rio Grande do Sul. Este dado e outros indicadores sócio-econômicos fazem com que Salvador das Missões possua um dos mais altos IDH da microrregião em que se encontra inserido. Situa-se no segundo posto entre os quatro municípios investigados em relação a este quesito. Ainda que os dados do PIB total situem Salvador das Missões no terceiro posto, quando examinamos a situação do ponto de vista do PIB per capita esta localidade aproxima-se bastante de Veranópolis. Pudemos comprovar de que há uma melhor distribuição da riqueza, assim como a quase total inexistência de pessoas em situação de pobreza ou de indigência. O censo agropecuário do IBGE registrou a existência de 608 estabelecimentos rurais que possuem uma área média de 14,11 hectares (a mais baixa entre os quatro municípios estudados). Desse total, 597 (98,2%) são classificados como unidades familiares de produção, segundo os critérios adotados pelo INCRA/SADE (2004). Extraiu-se uma amostra de 58 estabelecimentos rurais de agricultores familiares (9,7%) que foram submetidos à aplicação do questionário estruturado. O valor bruto da produção agropecuária ascende a R\$ 5.690.000,00, sendo 95% proveniente da agricultura familiar.

1.4. TRÊS PALMEIRAS E A MICRORREGIÃO DE FREDERICO WESTPHALEN

A microrregião de Frederico Westphalen é marcada pelos traços da colonização italiana e pela forte presença do elemento indígena. Apresenta alguns municípios em que há uma elevada proporção de pessoas em situação de insegurança alimentar, incluindo o município de Três Palmeiras, o qual, entre os quatro estudos de caso, é o que apresenta os pio-

res indicadores sócio-econômicos. O PIB per capita é quase 50% inferior ao de Veranópolis, em que pese ainda o fato de haver uma alta concentração de renda numa população em que quase 63% vivem no campo. Há um elemento que é recorrente em Três Palmeiras e em seu entorno, aspecto este que já havíamos destacado ao comentar a situação de Salvador das Missões. Diz respeito aos efeitos produzidos pelo chamado “império da soja”, que desde meados dos anos setenta, ergue-se como atividade preponderante no âmbito do eixo norte-noroeste gaúcho. Ao longo do tempo, outras atividades produtivas foram sendo abandonadas e até mesmo a esfera do autoconsumo, tão cara ao “ethos do colono”, foi severamente esvaziada, como afirmam alguns estudos (SACCO DOS ANJOS et al, 2004).

Como corolário da expansão da soja, há um aprofundamento do processo de mercantilização (CONTERATO, 2004) dos espaços rurais, no qual, face o objetivo do produtor de rentabilizar ao máximo os fatores de produção, nem mesmo as áreas de hortas e os espaços anteriormente dedicados às criações de subsistência foram preservados ⁵. Como indica a Tab. 1, há 740 estabelecimentos rurais em Três Palmeiras, cuja área média é 19,66 hectares. Desse total, 724 (97,8 %) são classificados como unidades familiares de produção, segundo os critérios adotados pelo INCRA/SADE (2004). O valor bruto da produção agropecuária ascende a R\$ 6.575.000,00, sendo que 72,4 % procede da agricultura familiar. Do aludido universo de estabelecimentos familiares extraiu-se uma amostra de 58 estabelecimentos rurais (8% do total) que foram submetidos à aplicação de questionário estruturado.

2. A IMPORTÂNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

Estabelecidas as bases teórico-metodológicas da

5. Mesmo entre pequenos arrendatários e agricultores familiares, consolidou-se a prática da compra de todos os alimentos consumidos, até mesmo de verduras, leite e ovos. No trabalho de campo era bastante comum a presença de camionetas vendendo frutas e legumes junto às comunidades rurais.

investigação e discutidos os traços gerais dos estudos de caso que compuseram esta pesquisa, a tarefa agora é a de apresentar uma primeira aproximação sobre o objeto central desse artigo. Os dados da Tab. 2 mostram que o montante de recursos previdenciários (urbanos e rurais) varia bastante entre as quatro situações aqui analisadas. O destaque indiscutivelmente fica a cargo de Veranópolis. A população desta localidade é 7,3 vezes superior a de Salvador das Missões, que, como vimos na Tab. 1, é o município com o menor número de habitantes entre os quatro estudados. Entretanto, como mostra a Tab. 2, o montante dos recursos previdenciários de Veranópolis é 22 vezes superior ao de Salvador das Missões. A explicação para este dado há que ser buscada na elevada esperança de vida das pessoas que nascem neste lugar da serra gaúcha, que, como aludimos anteriormente, é a capital nacional da longevidade.

Apesar do PIB municipal ser igualmente alto em função do padrão de desenvolvimento atingido,

não há como negar a grande influência que trazem consigo os recursos previdenciários, considerando uma participação nada desprezível (7,9%) na riqueza local. Seguem-lhe em ordem de importância Três Palmeiras (6,5%), Morro Redondo (4,5%) e Salvador das Missões (2,6%). Ao analisar os dados na perspectiva da “clientela rural”, a situação não se altera do ponto de vista da distância que separa Veranópolis dos demais estudos de caso. No ano de referência da pesquisa (2001) foram pagos 18.506 benefícios rurais (aposentadorias, pensões e toda espécie de auxílios) nessa localidade. Significa dizer que cada um dos 677 estabelecimentos rurais contou, em média com 27,24 benefícios pagos em 2001, ou que, a cada mês, foram distribuídos 2,27 benefícios totais por estabelecimento que equivalem a um ingresso monetário mensal de R\$ 427,91.

Tabela 2 – Alguns indicadores referentes aos municípios investigados.

Indicadores	Morro Redondo	Veranópolis	Salvador das Missões	Três Palmeiras
PIB Municipal (2001) em R\$	60.800.700	263.078.300	34.951.300	33.405.700
Montante recursos previdenciários em R\$	2.722.379,10	20.493.083,08	908.891,55	2.161.233,31
% Montante rec. prev./PIB Municipal	4,5	7,9	2,6	6,5
Fundo de Particip. dos Municípios em R\$	1.194.582,31	2.389.164,10	1.194.582,31	1.194.582,31
Montante de recursos prev. rurais em R\$	1.461.642,89	3.476.345,86	794.303,40	1.896.778,12
Nº total de benefícios rurais	7.844	18.506	4.269	10.144
Nº benefic.rurais/estab./ano	10,59	27,24	7,04	13,71
Nº benefic.rurais estab./mês	0,88	2,27	0,59	1,14
Nº de benef. de duração continuada*/ano	7.832	18.072	4.078	9.823
Valor em R\$ /estab./ano	1.972,53	5.134,93	1.310,73	2.563,21
Valor em R\$ /estab./mês	164,38	427,91	109,23	213,60
Nº benef. duração continuada*/mês/estab	0,88	2,22	0,56	1,11
Nº Estab. rurais (familiares ou não)**	741	677	606	740

(*) Aposentadorias, pensões e amparos rurais.

(**) Para efeitos de análise foram incluídos todos os estabelecimentos rurais, familiares ou patronais.

Fonte: Pesquisa de Campo CNPq/UFPel/UFRGS (2003); FEE, Núcleo de Contabilidade Social; INSS (Gerências Regionais Pelotas, Passo Fundo e Ijuí).

O papel transcendental dos recursos previdenciários pode ser avaliado por um outro prisma, como mostram os dados da Tab. 2. Há em média 2,2 benefícios de duração continuada (aposen-

tadorias, pensões e amparos) pagos mensalmente para cada estabelecimento rural de Veranópolis. Significa dizer que há aproximadamente duas pessoas aposentadas ou pensionistas do INSS em cada

um dos 677 estabelecimentos rurais desta localidade. Depois de Veranópolis é em Três Palmeiras onde encontramos a maior contribuição relativa da previdência social rural, dentre os quatro estudos de caso, à formação do PIB municipal. Ainda que o montante seja bastante mais baixo, o total de benefícios rurais por estabelecimento/ano pode ser considerado alto (13,71), assim como o número médio por estabelecimento/mês (1,14) de benefícios de duração continuada. São nada menos que R\$ 213,60, em média, que ingressam mensalmente em cada um dos 740 estabelecimentos de Três Palmeiras que, como dissemos, reúne os piores indicadores de desenvolvimento entre os quatro aqui estudados.

Diante desse quadro vemos confirmada a assertiva em relação à importância desta política pública enquanto ferramenta de redistribuição da riqueza nacional. Ela incide tanto no âmbito dos municípios com elevado grau de desenvolvimento quanto nas localidades marcadas pela pobreza e desigualdade, reduzindo, ainda que timidamente, a distância que separa maiores e menores rendas. O último dado que merece ser destacado prende-se ao confronto entre o montante de recursos previdenciários e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Como é sabido, trata-se, este, de uma das princi-

pais receitas com que contam as pequenas municipalidades brasileiras. Em Morro Redondo também não pode ser visto como desprezível o fato de que o montante dos recursos previdenciários é quase 2,3 vezes maior que o FPM, ou que, sozinha, a previdência social rural supera em 22% esta mesma fonte orçamentária. Os dados aqui apresentados não fazem mais do que confirmar o que inúmeros estudos realizados no país já haviam sublinhado⁶.

3. AGRICULTURA FAMILIAR E PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

Na secção precedente, o esforço centrou-se na perspectiva de examinar o que informam as fontes secundárias a que se teve acesso. Nos próximos parágrafos, retomamos os questionamentos formulados no problema de pesquisa, tomando por base as fontes primárias dessa investigação e as informações constantes no banco de dados (SPSS). A Tab. 3 (abaixo) apresenta as diversas modalidades de rendas que conformam o ingresso econômico das 238 explorações investigadas. Os dados reunidos não fazem outra coisa senão confirmar o que indicavam os dados secundários anteriormente comentados.

Tabela 3 – Valores médios anuais por estabelecimento investigado relativos à renda total, renda agrícola, renda de atividades não-agrícolas, outras rendas do trabalho, rendas de outras fontes e rendas de aposentadorias e pensões nos quatro estudos de caso.

Tipo de renda média por estabelecimento	Morro Redondo	Veranópolis	Salvador das Missões	Três Palmeiras
Renda total Anual	12.480,92	26.634,45	18.280,52	10.911,51
Renda agrícola Anual	6.176,64	14.518,23	11.416,77	7.959,79
Renda de atividades não-agrícolas	2.339,16	5.617,07	3.243,02	722,20
Outras rendas do trabalho	423,66	380,34	471,28	472,88
Rendas de outras fontes	198,06	750,22	191,55	84,75
Renda de aposentadorias e pensões	3.343,40	5.367,58	2.957,91	1.665,79

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2004.

6. Ver a propósito FRANÇA (2000).

Veranópolis se apresenta como uma localidade em que a renda total (somatório de todos os tipos de receitas) é a mais elevada dentre os quatro estudos de caso dessa investigação. Esse valor supera mais do que duas vezes a renda total média de Morro Redondo e Três Palmeiras. Outro dado que chama a atenção, prende-se ao valor correspondente, às rendas não-agrícolas que, como dissemos anteriormente, provém, em boa medida, dos salários dos “colonos-operários”, pagos pelas fábricas de calçados e metalúrgicas da região. Também as rendas agrícolas são consideravelmente mais elevadas que nos demais municípios. As rendas de aposentadorias e pensões confirmam o que havíamos destacado na secção precedente. Nada menos que R\$ 447 mensais ingressam, em média, no caixa das 59 famílias entrevistadas por conta desta importante política pública. É um valor bastante próximo ao que havíamos detectado ao discorrer sobre a análise dos dados secundários.

A bem da verdade, há inúmeros fatores que presumivelmente contribuem para fazer com que a renda agrícola total de Veranópolis seja consideravelmente mais elevada que nas demais localidades examinadas: a proximidade com os grandes centros consumidores, as boas condições de infra-estrutura produtiva e de escoamento da produção, etc. Todavia, não há como negar que a alta capacidade de investimento é favorecida pelos recursos que muitas famílias contam ao terem parte de seus membros

como assalariados em fábricas e em outras atividades não-agrícolas.

Ironicamente o trabalho de campo identificou um grande número de situações em que agricultores familiares de Veranópolis são obrigados a contornar as dificuldades advindas do cultivo de solos com grande declividade e afloramento de rochas, impedindo a mecanização das lavouras. Outro dado que chamou a atenção tem a ver com o fato de que é justamente nesta localidade onde há um escasso número de contratos através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). É justamente o alto nível de capitalização das propriedades que faz com que muitos produtores considerem este programa como muito aquém das necessidades de investimento, especialmente em se tratando de vinicultores e avicultores. Os recursos previdenciários reforçam essa capacidade de investimento das famílias na melhoria das condições em que se desenvolvem as atividades agropecuárias. Contrariamente, à exceção dos recursos previdenciários, as outras localidades não contam com condições e oportunidades similares às que brindam o aludido “padrão terceira Itália” de desenvolvimento relativo a Veranópolis. Examinemos agora outros aspectos. Os dados da Tab. 4 mostram que em 148 dos 238 estabelecimentos pesquisados havia a presença de aposentados e/ou pensionistas, ou seja, em 62,2% do universo de explorações investigadas, fato que indica a ampla cobertura do sistema previdenciário no campo.

Tabela 4 – Distribuição dos estabelecimentos investigados segundo a presença ou não de aposentados e/ou pensionistas no domicílio.

Presença de aposentados/ pensionistas no domicílio	Morro Redondo	Veranópolis	Salvador das Missões	Três Palmeiras	Total
Sim	41	46	36	25	148
Não	21	13	22	34	90
Total	62	59	58	59	238

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2004.

Entre as localidades pesquisadas, a maior incidência da seguridade social está em Veranópolis, onde em 78% dos domicílios pesquisados tem-se a presença de aposentados ou pensionistas. Logo após vem Morro Redondo, onde quase 2/3 dos estabelecimentos acham-se nessa situação, ao passo que em Salvador das Missões e Três Palmeiras a proporção de domicílios em que vivem aposentados e/ou pensionistas é de respectivamente 62,1% e 42,4%. Há um grave equívoco em algumas análises que insistem em considerar que o recebimento da aposentadoria ou pensão interrompe a atividade produtiva dos estabelecimentos familiares. Os fatos mostram que muitos dos beneficiários são os titulares da própria exploração, os quais, como referimos anteriormente, cumprem o papel de sustentar familiares em situação de desemprego ou subemprego.

Os dados da Tab. 5 trazem novas luzes a esse debate. Ao examinarmos o conjunto de 238 estabelecimentos pesquisados vemos que a renda agrícola anual média das explorações que contam com aposentados e/ou pensionistas é ligeiramente inferior a dos estabelecimentos em que essa condição não se verifica. Entretanto, do ponto de vista da renda total média, as diferenças transparecem entre os dois tipos de explorações. Como mostra a Tab. 5, a renda total anual média das explorações com aposentados é de R\$ 19.271,19, ou seja, quase 45% superior a dos estabelecimentos sem aposentados.

Se este é o comportamento da renda agrícola e total do ponto de vista do conjunto de estabelecimentos entrevistados, a análise desagregada por município revela algumas diferenças que merecem ser sublinhadas (ver Fig. 1). Olhando sob o prisma da renda agrícola média total anual, vemos que em Veranópolis há uma diferença substancial dos estabelecimentos com aposentados e/ou pensionistas, que é quase 33,0% superior aos estabelecimentos em que essa condição não se verifica. Mas esta diferença se amplia um pouco quando analisamos os dois tipos de explorações do ponto de vista da renda total. Ela é 36,1% maior nos estabelecimentos com aposentados do que nos sem aposentados.

Em Morro Redondo a situação se inverte. Os

estabelecimentos sem aposentados apresentam uma renda agrícola 30,3% superior à dos estabelecimentos com aposentados. Todavia, quando enfocamos a renda total, a situação é diametralmente oposta, visto que nos estabelecimentos com aposentados esta é 43,9% maior, se comparada com os demais estabelecimentos. A grande discrepância dá-se no município de Três Palmeiras onde a renda agrícola média total anual dos estabelecimentos com aposentados é de apenas R\$ 7.995,87, enquanto que nos estabelecimentos sem aposentados ela atinge R\$ 13.450,67.

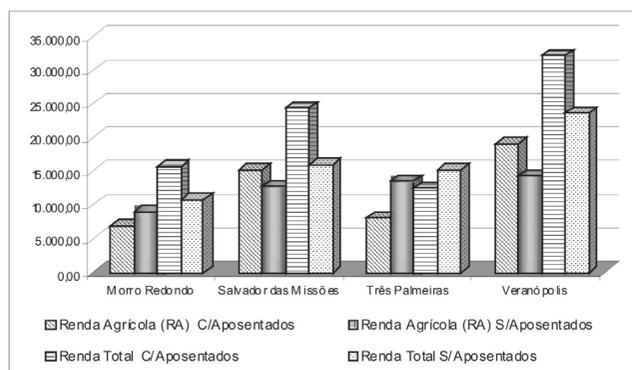
Tabela 5 – Renda Agrícola e Renda Total nos estabelecimentos com e sem aposentados.

	Tipo de Renda	Valor em Reais (R\$)
Renda Agrícola	Com aposentados	9.901,11
	Sem aposentados	10.066,25
Renda Total	Com aposentados	19.271,19
	Sem aposentados	13.301,81

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2004.

A explicação para este quadro há que ser buscada no fato de que nesta localidade existe uma grande distância que separa as explorações familiares. Num dos extremos, temos unidades de produção altamente mecanizadas e integradas aos mercados, ao passo que no pólo oposto há grupos domésticos que sobrevivem praticamente no limite da subsistência. Esta distância entre estabelecimentos com e sem aposentados se reduz do ponto de vista da renda total, mas ainda pode ser considerada como bastante expressiva (22,8%). Em Salvador das Missões temos uma situação mais equilibrada do ponto de vista da renda agrícola. No entanto, quando analisamos as duas classes de estabelecimentos sob a ótica da renda total, há uma distância considerável entre ambas, tendo em vista que esta é quase 52% maior nos estabelecimentos com aposentados e/ou pensionistas. Apesar de estarmos diante de estabelecimentos familiares, não resta dúvida de que existem grandes diferenças entre ditas explorações. Examinemos a questão sob outra perspectiva.

Figura 1 – Renda Agrícola e Renda Total (média) nos estabelecimentos com e sem aposentados em cada um dos quatro estudos de caso.



Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2004.

No último ano agrícola, o dinheiro da aposentadoria ou pensão foi utilizado, de alguma forma, na atividade agrícola? Essa é outra das grandes questões a que nos propomos responder nesse trabalho e que foi igualmente apresentada aos nossos entrevistados. Os dados da Tab. 6 confirmam a hipótese originalmente formulada em outros estudos anteriormente referidos.

Em nada menos que 2/3 dos estabelecimentos entrevistados de Veranópolis, os entrevistados informaram haver utilizado os recursos previdenciários no financiamento das atividades agropecuárias. Paradoxalmente, trata-se da localidade que apresenta as maiores rendas agrícolas, não-agrícolas e totais entre todos os estudos de caso. No extremo oposto, em Três Palmeiras, onde o conjunto de rendas é absolutamente inferior aos demais municípios investigados, temos o mais baixo índice de respostas afirmativas sobre o financiamento das atividades agropecuárias através das aposentadorias e pensões. Tudo indica que seja este um reflexo dos baixos níveis em que opera a reprodução social em grande parte dos estabelecimentos dessa localidade. Concretamente, a manutenção das famílias representa o destino primordial dos recursos previdenciários.

Em seu conjunto, os dados da Tab.7 reafirmam os efeitos da implementação do sistema de aposen-

tadorias e pensões para os trabalhadores rurais. Se é tão expressivo o uso dos recursos previdenciários no financiamento direto das atividades agropecuárias, qual seria exatamente a destinação primordial dessas rendas? Trata-se de uma questão importante, mas que trouxe certas dificuldades em obter a informação por parte dos entrevistados. Muitos deles guardam um grande receio e desconfiança em revelar o uso dos recursos por temerem sofrer algum tipo de represália por parte do Instituto Nacional de Seguridade Social. Em alguns casos, segundo pudemos constatar, basta uma simples denúncia de um vizinho para que seja suspensa a concessão de um benefício de acidente de trabalho ou auxílio-saúde caso o beneficiário esteja realizando alguma atividade remunerada, mesmo que está se desenvolva no interior do próprio domicílio, como no caso da confecção de artigos da chamada “indústria doméstica rural” (bolos, doces, compotas, etc.). É por esse motivo que 26,4% dos entrevistados não quiseram precisar a efetiva destinação dos benefícios previdenciários.

Tabela 6 – Porcentual dos estabelecimentos que informaram o uso dos recursos previdenciários no financiamento das atividades agropecuárias.

Condição	Morro Redondo	Veranópolis	Salvador das Missões	Três Palmeiras
Houve o uso efetivo do recurso de aposentadorias no financiamento das atividades agropecuárias	48,8	66,0	45,9	40,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2004.

Ainda assim, segundo indicam os dados da Tab. 7, o custeio das atividades produtivas é absolutamente preponderante entre os entrevistados. Essa resposta nos é formulada em 90,3% dos casos no município de Veranópolis, em 100% dos casos em Três Palmeiras, 45,5% em Morro Redondo e 71,5% em Salvador das Missões. Em Morro Redondo, nada

menos que 54,5% não souberam ou não quiseram informar a finalidade para o qual aposentadorias e/ou pensões foram utilizadas na exploração familiar.

Não houve um caso sequer em que houvesse o uso destes recursos para financiar a compra de máquinas e/ou equipamentos. Uma das conquistas dos movimentos sociais e organizações de agricultores

familiares é justamente impedir que os recursos previdenciários sejam contabilizados para fins de enquadramento nas faixas do PRONAF (A,B,C,D,E). Tudo indica que a renda de aposentadorias e pensões sirva para fazer frente a despesas correntes, agrícolas e não-agrícolas, que as famílias contraem em seu cotidiano.

Tabela 7 – Porcentual dos estabelecimentos que informaram o uso dos recursos previdenciários no financiamento das atividades agropecuárias, segundo a destinação preponderante.

Destinação dos recursos previdenciários	Morro Redondo	Veranópolis	Salvador das Missões	Três Palmeiras	Total
Custeio de ativ. produtivas	45,5	90,3	71,5	100,0	68,9
Compra de máq./equipamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outra destinação	0,0	9,7	9,5	0,0	4,7
Não soube/não quis responder	54,5	0,0	19,0	0,0	26,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2004.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa, aqui relatados, representam uma pequena parcela do universo de informações levantadas a campo no marco de um estudo que teve por premissa apresentar uma rigorosa aproximação sobre a diversidade de situações que se ocultam no âmbito da agricultura familiar do Rio Grande do Sul. Inevitavelmente fica demonstrado o quão distintas podem ser as condições de existência social das famílias rurais gaúchas, muitas das quais dependentes, não apenas da generosidade dos frutos da terra e da boa vontade das condições climáticas, mas de um amplo leque de estratégias, sejam elas de natureza agrícola ou não-agrícola. O mérito indiscutível dos novos estudos sobre o rural brasileiro é justamente demonstrar a grande contribuição da previdência social rural na preservação do tecido social e produtivo de um grande número de localidades brasileiras, tal qual buscou-se aqui evidenciar nos quatro estudos de caso realizados no marco dessa pesquisa.

Uma das conclusões fundamentais desse trabalho, e que permite aprofundar o debate sobre as inter-

faces da seguridade social, é justamente reafirmar o que outros estudos já haviam alertado, qual seja, o fato de que aposentadorias e pensões vêm sendo utilizados para indiretamente financiar a agricultura. A pesquisa aqui descrita adotou como período de referência das informações coletadas o ano agrícola 2001-2002. Tudo indica que essa proporção seria sensivelmente acrescida se houvesse sido realizada na atual conjuntura. As secas que recorrentemente vêm assolando os campos do Rio Grande do Sul, e de outras localidades do Brasil meridional nos últimos anos, certamente determinam uma dependência ainda maior das chamadas “fontes sociais” para enfrentar tais dificuldades e desafios.

Torna-se fundamental avançar no debate sobre essas questões num momento que coincide com a retomada das discussões em torno das reformas no sistema de seguridade social, transcorridos apenas dez anos desde que as mudanças foram efetivamente implementadas, cujos impactos foram decisivos sobre o conjunto da população rural brasileira. Mesmo entre localidades com alto Índice de Desenvolvimento Humano, a previdência social é hoje um dos grandes esteios da economia local. Para mu-

nicipalidades submetidas a condições exatamente opostas, a previdência ergue-se hoje como instrumento através do qual torna-se possível garantir a permanência de pessoas no campo e nos pequenos municípios brasileiros. A expectativa de conquista desse direito de aposentadoria faz com que muitas famílias, ao longo de seu ciclo vital, incorporem a questão da previdência nos quadros de referência que orientam suas respectivas escolhas e estratégias de sobrevivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALSADI, O. V. O comportamento das ocupações na agropecuária brasileira no período 1999-2003. In: Informações econômicas. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola. 2005. (prelo)
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. SADE – Banco de dados da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sade/municipios.asp>> Acesso em 29 fev. 2004.
- CALDAS, N. V. ; SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o impacto da previdência social na região missioneira gaúcha, in: XLII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2004, Cuiabá, Anais do... Brasília: SOBER, (CD).
- CAMPANHOLA, C., GRAZIANO DA SILVA, J. (Eds.) O novo rural brasileiro: uma análise estadual (Sul, Sudeste, Centro-Oeste). Volume 4, Jaguariúna, EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.
- CARNEIRO, M. J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: IAPAR: Ocupações rurais não-agrícolas, Londrina: IAPAR, 2000, p. 153-173.
- CONTERATO, M. A. A Mercantilização da Agricultura Familiar do Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras. Porto Alegre, 2004. 189 p. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural – PGDR/UFRGS).
- DAVID, M.D. et al. Previdência Rural no Brasil: uma análise de seu impacto e eficácia como instrumento de combate à pobreza rural. In: Seminário Fao/Cepal/Rimisp: Experiências Exitosas de Combate à Pobreza Rural na América Latina. Anais do ... Ago/set, 1999.
- DELGADO, G. C. e CARDOSO JR., J. C. (Orgs.) Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. Brasília: IPEA, 2000.
- _____ (Orgs). O Idoso e a Previdência Rural no Brasil: A Experiência recente da Universalização. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- DEL GROSSI, M. E. Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995. 1999. 222 p. Tese (Doutorado em Economia) - UNICAMP, Campinas.
- FEE, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser-RS. Documentos FEE nº 48, Índice Social Municipal Ampliado. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/documentos/documentos.fee.48.zip>>.
- _____, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser-RS. Estatísticas FEE - PIB e PIB per capita a preço de mercado – 2001; <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh_pib.php>
- FRANÇA, A. S. A Previdência Social e a Economia dos Municípios. 2ª ed. Brasília: ANFIP, 2000.
- SACCO DOS ANJOS, F. A Agricultura Familiar em transformação: O caso dos colonos-operários de Massaranduba, Santa Catarina. Pelotas: Editora da UFPel, 1995, 169 p.
- _____. Agricultura Familiar, Pluriatividade

e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil. Pelotas: EGUFPEL, 2003, 374 p.

_____. et al. Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância econômica do autoconsumo na agricultura familiar meridional, in: XLII CONGRESSO DA

SARACENO, E. Alternative Readings of Spatial Differentiation: the rural versus local economy approach in Italy. In: European Review of Agricultural Economics, v.4, n° 1, p.451-474, 1994.

_____. Recent Trends in Rural Development and their Conceptualization. In: Journal of Rural Studies, London, v.10, n° 4, p. 321-330, 1994a.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e industrialização. Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS Editora, 1999..

SEYFERTH, G. A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974, 159 p. (Coleção Documentos Brasileiros).

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, , Cuiabá, Anais... Brasília: SOBER, (CD), 2004

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C (org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 23-56. .